

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.079 - SP (2019/0013095-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : P S T
ADVOGADOS : TIAGO VILHENA SIMEIRA - SP184877
MARIANA RUY SANTAREM E OUTRO(S) - SP348090
AGRAVADO : V S - POR SI E REPRESENTANDO
ADVOGADOS : ROBERTO VELOCE JUNIOR - SP155223
SÉRGIO RICARDO SIAUDZIONIS E OUTRO(S) - SP180439
AGRAVADO : S T S (MENOR)

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do NCPC) interposto por P S T contra decisão que não admitiu recurso especial manejado com base nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

O apelo nobre desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 192, e-STJ):

ACÇÃO DE GUARDA E ALIMENTOS. Menor. Sentença que fixou a pensão alimentícia devida pela ré, mãe da menor, em 70% do salário-mínimo. Pretensão da genitora a que seja reduzida para 20% do salário-mínimo. Necessidades da menor presumidas. Valor fixado em observância ao binômio necessidade- possibilidade, não se configurando excessivo. Sentença mantida. Recurso não provido.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial (fls. 201-212, e-STJ), a insurgente apontou violação aos arts. 7º, 354, 854 do CPC/15 e 1.694, § 1º, do Código Civil, além do dissídio jurisprudencial.

Sustentou, em síntese: a) não ter sido nomeado curador especial no caso após a decretação da revelia, o que gera a nulidade da decisão prolatada pelo magistrado de piso; b) a desproporcionalidade do valor fixado a título de alimentos.

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal de origem negou seguimento ao reclamo (fls. 237-238, e-STJ), dando ensejo na interposição do presente agravo (fls. 241-252, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. No que diz respeito à vulneração aos arts. 7º e 345 do NCPC, incide, na espécie, o Enunciado n. 282, da Súmula do STF, ante a ausência de prequestionamento, porquanto não teve o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta

interpretação da legislação federal.

Registre-se, por oportuno, que, segundo pacífica jurisprudência do STJ, na instância especial, ainda que se trate de matéria de ordem pública, a análise da questão controvertida não dispensa o prequestionamento.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. 1. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 DO STF E 211 DO STJ. 2. ALTERAÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO. RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS PARA O PLANO DE PREVIDÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. 3. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A questão referente à prescrição quinquenal, além de não ter sido objeto das razões de embargos de declaração, não foi debatida pelo Tribunal de Justiça, tampouco arguíram ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015. Dessa forma, não tendo sido enfrentada pelo acórdão recorrido a referida tese, o conhecimento do recurso especial fica obstado, dada a ausência de prequestionamento, incidindo, por conseguinte, as Súmulas n. 282 do STF e 211 do STJ. **Segundo pacífica jurisprudência do STJ, na instância especial, ainda que se trate de matéria de ordem pública, a análise da questão controvertida não dispensa o prequestionamento.**

2. Para se chegar a conclusão contrária ao entendimento do acórdão recorrido sobre a restituição dos valores pagos pela parte agravante ante a ruptura do contrato motivada pelas agravantes, seria imprescindível o reexame de fatos e provas, bem como a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado no âmbito do recurso especial, ante o disposto nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. A necessidade do reexame da matéria fática inviabiliza o recurso especial também pela alínea c do permissivo constitucional, ficando, portanto, prejudicado o exame da divergência jurisprudencial.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1247832/PI, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 24/05/2018 - grifos nossos)

2. Quanto à violação ao art. 1.694, § 1º, do Código Civil, e art. 854 do CPC/15, no caso concreto, o Tribunal local, com amparo nos elementos de convicção dos autos, procedeu o juízo de ponderação do binômio necessidade/possibilidade, de modo a concluir que o patamar fixado na origem revela-se razoável.

Confira-se trecho extraído do aresto hostilizado:

Configurado o direito à prestação de alimentos em decorrência da relação de parentesco, nos termos do art. 1.696 do Código Civil.

Outrossim, a fixação da pensão alimentícia deve estar fundamentada no binômio necessidade/possibilidade, ou seja, para o arbitramento do “quantum” é imprescindível a análise das possibilidades do alimentante e das necessidades do alimentado.

A menoridade da alimentanda pressupõe a necessidade de receber a pensão alimentícia, não sendo exigível que faça prova de suas despesas para

caracterizar a exigibilidade da obrigação.

[...]

A ré, por outro lado, no estudo psicossocial afirmou ser proprietária de uma clínica de estética e que possui rendimentos mensais de R\$5.000,000.

Nesse passo, tem-se que o valor arbitrado não é excessivo, considerando também as necessidades básicas presumidas da filha, tais como alimentação, material escolar, vestuário. Ressalte-se, ainda, que o genitor já ficou com o encargo da guarda, além de proporcionar habitação e outros itens que integram os alimentos de forma ampla.

Sendo assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

3. Importante consignar, ainda, que esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

Nesse sentido:

(...) 7. Nesse contexto, em consonância com a judiciosa opinião estampada no parecer ministerial, incide a Súmula 07/STJ, o que também impede o exame da divergência jurisprudencial na medida em as peculiaridades do caso concreto, decisivas à solução conferida pela Corte de origem, não possuem identidade com os paradigmas trazidos à colação. 8. *Recurso especial não conhecido* ." (REsp 1.186.481/AC, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, julgado em 18.05.2010)

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. OCORRÊNCIA DE DANO MORAL REPARÁVEL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Rever entendimento do Tribunal de origem que, com base nos elementos de convicção do autos, afasta a ocorrência de dano moral reparável demanda o revolvimento do arcabouço probatório dos autos, inviável em recurso especial, dado o óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução a causa. (AgRg no Ag 1.160.541/RJ, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, 25.10.2011)

Não fosse só isso, a recorrente não logrou demonstrar a divergência jurisprudencial nos moldes exigidos pelo art. 1.029, § 1º, do NCPC, e art. 255, § 1º, do RISTJ.

Isto porque a interposição de recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional reclama o cotejo analítico dos julgados confrontados a fim de restarem demonstradas a similitude fática e a adoção de teses divergentes, máxime quando não

configurada a notoriedade do dissídio.

4. Do exposto, com fulcro no art. 932 do NCPC e na Súmula 568 do STJ, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

